Seção Sindical da ANDES - Sindicato Nacional

Associação dos Docentes da UNESP

Carta aberta da Adunesp aos novos conselheiros eleitos aos Colegiados Centrais

Como todos sabem, a nossa Universidade atravessa uma crise gravíssima, certamente a mais séria de toda a sua história. Está sob ameaça severa não só o seu caráter laico, gratuito e de qualidade socialmente referenciada, mas também o seu papel na produção de pensamento crítico, conhecimento e prestação de serviços de excelência para a comunidade.

Nossa Universidade, por um lado, tem sido pressionada por forças políticas que, ao longo do tempo, e com a conivência de inúmeras gestões reitorais, violentaram sua autonomia e dela se serviram para obter vantagens políticas em diversas ocasiões.

Por outro lado, temos a reação de setores da comunidade universitária que, descontentes com os rumos impostos por essas forças, têm lutado pela preservação da dignidade do trabalho acadêmico e pela manutenção do modelo de universidade em que os docentes tenham condições de trabalho adequadas e liberdade para produzir pensamento crítico, como condição *sine qua non* para a geração de conhecimento socialmente relevante. Essas forças também se contrapõem ao controle do trabalho docente exercido de maneira autocrática por uma comissão (CPA) montada pelo reitor, cuja atuação tem se caracterizado como a de um tribunal de exceção e que, de maneira inquisitorial, leva à fogueira anos de trabalho e dedicação à Unesp de muitos docentes. Isso é frequentemente feito, mesmo tendo sido seus relatórios (anuais, trienais, de estágio probatório ou seus processos de confirmação no RDIDP) aprovados pelos respectivos Conselhos Departamentais e Congregações. A CPA tem pressionando as instâncias locais para reverem suas deliberações e entregarem as cabeças desses docentes para serem publicamente execradas com rebaixamento sumário dos seus regimes de trabalho. Junte-se a isto o fato de que o processo persecutório será consideravelmente aprimorado tecnicamente com a plataforma SisCPA, que tornará possível maior eficácia no cumprimento da sua função punitiva, ao contrário do discurso da presidente da CPA.

Estamos sendo dirigidos por uma administração central que tem pouco apreço pela democracia interna da nossa Universidade e reduzido respeito para com as manifestações das instâncias locais e centrais, quando se contrapõem às suas diretrizes. Isto ficou evidente durante o encaminhamento da discussão da proposta de avaliação docente, e mais explícito ainda na condução reitoral visando a aprovação da sua (di)Minuta de (in)Sustentabilidade Orçamentária e Financeira. Sobre esta, é importante destacar a avaliação do Departamento de Economia da FCL de Araraquara, de que o documento "**denota que docentes e servidores técnico-administrativos não são considerados como parte estratégica do futuro da Unesp**" pela atual reitoria. A manobra, que simula algum viés democrático, consiste em reencaminhar a proposta rejeitada de volta para as instâncias que se pronunciaram sobre ela – e que a rejeitaram em sua esmagadora maioria – apenas para se manifestarem sobre eventuais modificações que possam aprimorá-la, como se ela não tivesse sido rejeitada. Esse é o arremedo de democracia interna que nossos gestores se prestam a fazer, insultando a competência das instâncias que já se manifestaram, e enxovalhando quaisquer resquícios de democracia interna que sobreviveu a essa gestão até agora.

O desprezo da atual administração pela sua comunidade e pelos seus trabalhadores já vem sendo expresso reiteradas vezes pela ausência de reajustes salariais (em 2016 e 2017); pela incômoda situação concreta da defasagem entre os nossos salários e os das USP e da Unicamp (que tiveram 3% a mais do que nós, além do fato de que a defasagem entre os valores recebidos pelos nossos técnico-administrativos é ainda maior); pela supressão das

progressões nas carreiras, cujos custos médios são respectivamente 0,2% e 0,3% para servidores docentes e técnico-administrativos em relação ao repasse do ICMS[1]; pela política de não reposição de quadros, que tanto tem nos sobrecarregado de trabalho e prejudicado enormemente todas as atividades fim da nossa Universidade, promovendo uma severa deterioração no tripé ensino-pesquisa-extensão, pressuposto constitucional e estatutário da universidade brasileira.

É esse o futuro que projeta a administração superior para a Unesp: uma universidade com uns poucos centros de excelência em pesquisa, desarticulando a relação entre docência, pesquisa e extensão, deixando a maioria dos *campi* encarregados quase que exclusivamente de ministrar aulas na graduação, alguns deles via EAD, o que prescinde de contratações em RDIDP e torna supérfluo esse regime para a maioria dos docentes. Não é exagero antever que, neste quadro, muitos docentes certamente receberão uma justificativa elaborada da CPA em que serão informados que o tempo do seu trabalho foi readequado para RTC ou RTP. E junte-se a isso um arrocho salarial sem precedentes: a reitoria projeta que ficaremos sem reposição salarial, sequer com a correção inflacionária dos anos anteriores, até, pelo menos, 2026!

Sendo esse o momento mais grave já vivido pela nossa Universidade, os novos conselheiros eleitos para os mandatos que estão se iniciando agora nos órgãos colegiados centrais carregam a imensa responsabilidade de fazer valer a estrutura colegiada da nossa Universidade, e atuar com independência em relação às forças políticas que pretendem transformar a Unesp numa universidade de segunda classe, socialmente irrelevante e servil aos apetites políticos dos governadores de plantão.

A Adunesp, desde a sua fundação, em 1976, tem lutado em defesa da Unesp, pela preservação da sua autonomia e pelo fortalecimento do seu papel social como uma universidade necessária para o estado de São Paulo e para o país. Desde as ações autoritárias do reitor Luiz Ferreira Martins, em 1976, em que houve fechamento de cursos e transferência compulsória de docentes, a Adunesp tem lutado pela preservação da nossa universidade e, neste momento, se coloca ao lado e à disposição dos novos conselheiros para lhes dar todo apoio que julgarem necessário para o fortalecimento dessa luta.

Aos conselheiros que assumem seus mandatos está colocada a responsabilidade política e ética de impedir que essa história autoritária e irresponsável se repita, de envidar todos os esforços necessários para evitar que o *ethos* acadêmico e científico se deteriore irreversivelmente; de cuidar para que possamos fazer a travessia dessas águas e tempos turbulentos, no rumo que nossa Universidade precisa seguir para cumprir seu papel como instituição pública, laica, gratuita e de relevância socialmente referenciada para a maioria da sociedade paulista e brasileira.

Adunesp S. Sindical

Carta aprovada na Plenária Estadual de Araraquara, em 16/4/2018.

[1] Relatório CEPE-CADE: Estratégias para estabilidade financeira da UNESP de 21/03/2018